



[página inicial](#) | [resumos expandidos](#) | [índice onomástico](#)

Caracterização econômica e análise ambiental do município de São Francisco de Itabapoana com fins ao desenvolvimento do turismo de base local

Marcela Viana Brito*
Roberta de Sousa Ramalho**

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento econômico. Conservação ambiental.

Na busca por alternativas que promovam a sustentabilidade regional no Norte Fluminense, uma região historicamente marcada pelos ciclos econômicos rurais nacionais, o turismo de base local desponta como atividade potencial para esse fim. Quer seja pelos recursos empregados, em que se destacam elementos de ordem paisagística natural ou construída, quer seja pelos serviços necessários ao seu desenvolvimento, o turismo pressupõe processos que aquecem a economia local e revitalizam paisagens degradadas. Bem como, estimula a conservação ambiental, a valorização de culturas, além de ampliar as perspectivas das ofertas de empregos. De acordo com Silva (2004), a atividade turística envolve vários campos do conhecimento, destacando-se como um fenômeno multisetorial e multidisciplinar. Diante dessa perspectiva, foram investigados todos os municípios litorâneos da Região Norte Fluminense¹ e, no presente artigo, destaca-se o Município de São Francisco do Itabapoana. Para tanto, foi necessária uma caracterização sócio-econômica, um diagnóstico de paisagens e um diagnóstico da percepção ambiental da população local. Este último, obtido a partir de uma amostra de 100 (cem) indivíduos entrevistados com base em um roteiro semi-aberto. Os dados sócio-econômicos foram baseados no Censo 2000 (IBGE recontagem 2007) e o diagnóstico de paisagem foi produzido por meio de visitas sistemáticas de campo e registros fotográficos.

O Município de São Francisco do Itabapoana, situado na Região Norte Fluminense (Figura 1), com 1.111 km² de área destaca, em seu contexto paisagístico e espacial, as marcas deixadas pela produção da cana-de-açúcar, uma das principais atividades econômicas históricas do país. De acordo com análise de dados sócio-econômicos (IBGE, 2000 e 2007), constata-se que, atualmente, sua economia permanece fortemente apoiada na produção agrícola e na pesca, diversificando-se, apenas, no setor terciário com serviços, comércio varejista e turismo. A produção agropecuária ocupa uma área de, aproximadamente, 380 km² de todo território, onde 89% são destinados ao cultivo de cana-de-açúcar, abacaxi e maracujá. Entretanto, a ausência de incentivos fiscais e a crise econômica que assolou o país nas últimas décadas conduziram ao declínio de seus rendimentos, “concedendo-lhe” o título de município mais pobre do Estado do Rio de Janeiro.

* Marcela Viana Brito, Aluna Bolsista de Iniciação Científica – CNPq/PIBIC, CEFET Campos.

** Roberta de Sousa Ramalho, Geógrafa, Doutora em Ecologia e Recursos Naturais – CEFET Campos/UNED Lagos.

¹ Projeto fomentado pelo Programa de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq intitulado “Turismo: uma proposta de revitalização econômica e ambiental para os municípios litorâneos do Norte Fluminense”, desenvolvido no Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO/CEFET Campos).

O rendimento monetário oriundo da produção de abacaxi ultrapassa a soma das demais lavouras. Esse resultado demonstra a necessidade de melhor gestão do território, de modo que a diversificação produtiva possa, paulatinamente, instituir-se e substituir o predomínio do cultivo da cana-de-açúcar, que tem proporcionado nas últimas décadas rendimentos decrescentes. É necessário o cultivo de plantações que proporcionem equilíbrio ambiental concomitante com o crescimento dos rendimentos econômicos dos pequenos produtores.

Mesmo diante da intensa e rudimentar atividade agrícola, que tem causado, ao longo tempo, lastimáveis prejuízos ao meio ambiente e a economia local, o Município apresenta 50 km de litoral com paisagens ainda preservadas, incluindo manguezais, lagunas, riachos, falésias, que representam um grande potencial turístico.

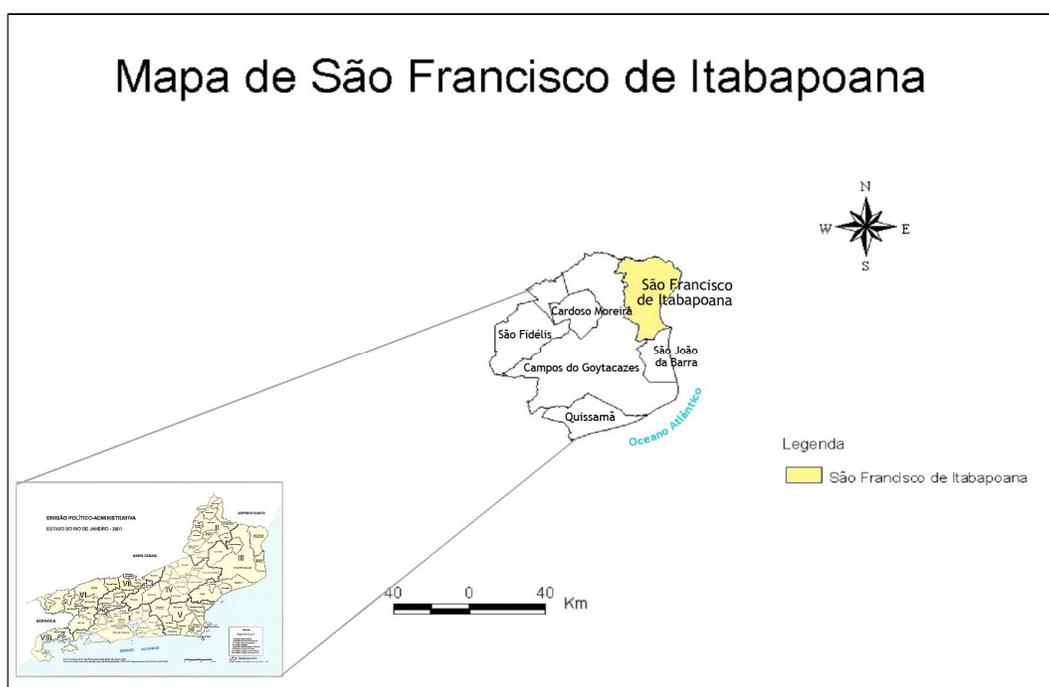


Figura 1: Mapa de localização do Município de São Francisco do Itabapoana

Dados recentes, produzidos pela Organização Mundial de Turismo (OMT *apud* HADDAD, 2006), destacam o turismo como uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, tendo uma participação de cerca de 10% no PIB mundial. Há cerca de, pelo menos, uma década, Rodrigues (1997) já apontava o turismo pelo seu significativo papel econômico internacional, situando-se entre os três maiores produtos geradores de riqueza, 6% do PNB global, perdendo apenas para as indústrias bélicas e de petróleo.

Em 2006 (IBGE, 2007), cerca de 60% do PIB de São Francisco do Itabapoana apoiou-se nas atividades do comércio varejista, serviços e aluguéis. Tal fato pode estar relacionado à influência que a Prefeitura exerce sobre a economia local, por meio de contratos de aluguéis e contratação de funcionários. O turismo também contribui com a composição desses valores já que, nos períodos de alta temporada, o comércio local é aquecido e se observa um aumento de contratos temporários de mão-de-obra. Contudo, a ausência de políticas de incentivo à agropecuária e ao turismo, setores potenciais da economia desse município, tem permitido que os rendimentos econômicos da população declinem, o que contribuiu para a retração do Índice de Desenvolvimento Humano em 2006 (IBGE, 2007).

A metade da população de São Francisco de Itabapoana reside em áreas consideradas urbanizadas, enquanto outros 50% residem na área rural. Tomadas em conjunto, o município conta com 44.475 habitantes. Entretanto, as disparidades sócio-econômicas constatadas entre esses espaços são gritantes. Os domicílios situados na área urbana têm maior acesso aos equipamentos ligados ao saneamento básico, enquanto, 51% dos domicílios urbanos são servidos pela água oriunda da rede geral. Esse valor cai para apenas 1% na área rural, o mesmo acontece com a coleta do lixo doméstico: 70% dos domicílios da área urbana, têm seu lixo coletado, enquanto na área rural, esse valor alcança apenas 7% dos domicílios. Em relação ao escoamento sanitário é diagnosticada, em praticamente todo o município, a utilização das fossas rudimentares, que facilitam a contaminação do lençol freático.

Os baixos níveis de instrução e renda da população se traduzem na falta de acessibilidade a serviços indispensáveis ao pleno desenvolvimento humano, como água potável, coleta de lixo e destino adequado para os efluentes. As doenças causadas por organismos patogênicos se multiplicam, o que representa o aumento dos gastos do governo com a área da saúde.

Segundo Fonseca (2007, p. 32) “para que uma localidade torne-se objeto de desejo e de consumo turístico ela deve apresentar alguma peculiaridade que possibilite a atração de visitantes”. Sendo assim, os recursos naturais e culturais são cada vez mais valorizados, visto que se tornam, progressivamente, mais escassos. Entretanto, nem todos os recursos naturais são considerados produtos turísticos. Para isso, é necessária a adequação desses espaços, que devem ser dotados de infra-estrutura e equipamentos turísticos (meios de hospedagem, transporte, restaurantes, vias de acesso, entretenimento, etc.) fundamentais para dar suporte ao turista. Diante dessa prerrogativa, o espaço é refuncionalizado, ou seja, converte-se em espaço de produção, capaz de gerar divisas ao local onde está sendo desenvolvido. A construção de um espaço complementar ao espaço natural, principal atrativo turístico, requer a contratação de pessoas para atuarem nos diversos níveis da cadeia produtiva. Assim, o Turismo se reafirma como atividade econômica capaz de proporcionar o desenvolvimento local.

Os resultados inerentes ao diagnóstico de paisagem revelaram a existência de recursos ainda preservados e potenciais para a prática de atividades turísticas, conforme se pode observar nas Figuras 2 e 3 a seguir. Entretanto, a ausência de infra-estrutura adequada acabou por promover uma

atividade predatória e sazonal, restrita aos meses de verão. Essa potencialidade é fortemente percebida pela população local que reconheceu esses lugares como de grande beleza natural e turísticos, de acordo com os dados obtidos no diagnóstico percepção ambiental. Porém, a população local também percebe a ausência de investimentos e políticas públicas voltadas para a promoção e permanência das atividades turísticas ao longo do ano todo. Em linhas gerais, apontam como principais problemas a falta de emprego, a carência da oferta de serviços públicos ligados à saúde e à educação.



Figura 2: Falésias da praia de Lagoa Doce



Figura 3: Praia de Guaxindiba

Desta forma, acredita-se que uma reestruturação econômica apoiada no maior incentivo ao turismo, por meio da oferta de infra-estrutura adequada e treinamento de mão-de-obra, poderá representar uma saída para a estagnação econômica que São Francisco de Itabapoana vem enfrentando. Entretanto, para que esta atividade proporcione o retorno desejado, é preciso que haja um planejamento que considere as peculiaridades ambientais e as fragilidades sociais, de modo que os anseios da população sejam respeitados. Dessa forma, o poder público deverá instituir políticas que contemplem a realidade local, priorizando a recuperação ambiental da orla e do manguezal e promovendo cursos de capacitação para o atendimento turístico, bem como organizando as atividades existentes de modo a se tornarem perenes ao longo do ano. E ainda, somam-se os incentivos e programas de apoio ao pequeno produtor de tal forma que estes possam fazer parte dos circuitos turísticos no interior do Município. Essas considerações apóiam-se, fundamentalmente, na existência conjunta de programas de educação ambiental e *marketing* turístico, elementos fulcrais para se alavancar o turismo como promotor de sustentabilidade regional.

Referências

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: EDUFRN, 2005.

HADDAD, L. N. *Diagnóstico Ambiental dos Distritos de Morangaba e Ibitioca*: subsídios para a gestão participativa. Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Geografia do CEFET Campos, 2006.

SILVA, J. A. S. *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em Cluster*. Universidade de São Paulo. 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.



[página inicial](#) | [resumos expandidos](#) | [índice onomástico](#) | [ir para o topo](#)